

Economia Brasil
021
Reportagem 0040

Coisas da política JORNAL DO BRASIL

Figueiredo mostra que vai cortar

Elio Gaspari

O Presidente João Figueiredo deu a primeira demonstração indiscutível de que seu Governo entrará numa política de racionalização das despesas públicas para enfrentar a crise econômica. O cancelamento das obras de construção das usinas nucleares de Peruíbe-1 e 2, em São Paulo, e a decisão de adiar a conclusão de outras duas — Angra-1 e 2 — indicam que se pratica, por enquanto, uma política coerente no Planalto.

Se a usina de Angra-1, contratada à empresa americana Westinghouse, não funciona. Se é sabido que, se funcionasse, não teria utilidade imediata. Se, além disso, sabe-se que as linhas de transmissão de Itaipu estão atrasadas e que isso justifica o atraso na colocação da terceira turbina da hidrelétrica e, finalmente, se está estabelecido que o país tem excesso de energia, nada mais lógico do que atrasar as usinas nucleares.

Semelhante raciocínio teria sentido e seria perfeito se o programa nuclear fosse apenas um programa para a obtenção de energia elétrica através da fissão nuclear. Nesse caso, poderia ser governado por critérios simplesmente lógicos. No entanto, o programa é muito mais que isso. Basta lembrar que no seu rastro já nasceu uma empresa estatal de consideráveis proporções, a Nuclebrás. Há nela toda uma burocracia e tudo o que uma burocracia pode produzir, desde redes de interesses a alianças intergovernamentais, projetos e ambições.

Além disso, o programa nuclear brasileiro produziu conexões militares e, sobretudo, conexões com a musculatura militar da comunidade de informações. Por longo tempo, ele foi praticamente insensível a qualquer política de cortes. Muitos foram os Ministros que tentaram conter suas despesas, e dividiram-se em duas categorias: os que foram nocauteados no primeiro *round* e os que preferiram ser nocauteados no segundo, para evitar brigas que, se não lhes custassem os cargos, custariam pelo menos o sossego.

Pois bem, o encanto quebrou-se, graças à sacrossanta ciência da matemática, pois se um organismo do Governo pode praticar dezenas de atos, alguns dos quais de escassa legalidade, sem que lhe suceda coisa alguma, ele não pode, contudo, fabricar dólares. E um projeto, para ser verdadeiramente secreto, ele precisa ser grátis, pois ainda não se descobriu a pedra filosofal da produção sigilosa de recursos para projetos e articulações sigilosas.

A decisão de passar a tesoura no programa nuclear só foi vitoriosa porque teve o suporte do Presidente da República, colocado na condição de árbitro final de uma dura disputa interministerial. O peso dessa decisão, porém, não está limitado ao simples episódio nuclear. Pelo contrário, vale sobretudo pelo seu significado. No momento em que o General Figueiredo enquadrou os gastos atômicos, a burocracia oficial percebeu que perdera o grande guarda-chuva de proteção da irracionalidade.

Afinal, há três anos todos os técnicos repetem o mesmo exercício de calistenia verbal: "Por que se há de cortar aqui? Por que não cortam no programa nuclear?" O Ministro ia ao programa nuclear, tentava cortar e, batido, voltava ao burocrata do início do exemplo que, de peito estufado, podia responder: "Se o Senhor não tem força para cortar lá, aqui terá que mostrar se tem força para cortar". Dava-se assim uma triste batalha, que acabou com a entrega dos feridos aos cuidados do Fundo Monetário Internacional.

O programa nuclear, sem os fartos recursos da construção das usinas, desaquecerá muitos outros, quer no campo da pesquisa pura, quer no campo da navegação espacial. Todos eram produtos da mais grave manifestação de megalomania do projeto autodenominado de Brasil-Potência. De forma grosseira, esse projeto pretendia, entre outros objetivos, alguns dos quais louváveis, fazer com que um segmento de parque energético, da indústria aeronáutica e da pesquisa

experimental da física, decolasse do país real e pulasse no futuro, permitindo ao Brasil um salto tecnológico que lhe permitisse, a partir de uma decisão inevitável, apertar o gatilho da produção de artefatos nucleares.

Essa não é a origem do plano, nem há qualquer prova de que o Brasil se tenha organizado para cumprir a determinação de produzir uma bomba. Pelo contrário, todas as manifestações oficiais desmentem essa intenção. Mesmo assim, o que havia era a criação de condições objetivas a partir das quais, quando houvesse a decisão subjetiva, fosse possível fabricar o produto.

Ou seja, armou-se um esquema semelhante ao de uma família que economiza dinheiro e, num determinado momento, ao decidir ir à Europa, vai ao banco, retira as economias e viaja. Não se poderia dizer que o dinheiro foi economizado para isso, mas do outro lado da rua, se uma família não economizou, mesmo que precise ir à Europa, não irá.

A discussão em torno desse aspecto da questão pode ser interminável. O que não permite a mesma ligeireza de opiniões, porém, é o fato de que não há no Brasil dinheiro para cacifar semelhante cobiça, mesmo em termos de estrita produção de energia. O corte das usinas, que era recomendado por critérios elementares, não era conseguido porque o programa tinha apoios muito mais sofisticados e poderosos que os critérios elementares.

Felizmente, o caneco dos dados foi virado no Planalto e, desta vez, o jogo amargo finalmente chegou à questão nuclear. Com isso, descobriu-se que na mesa dos cortes não há parceiros que só entram para ganhar. Portanto, pode-se acompanhar com atenção e respeito os lances desse jogo, pois, como dizem os meninos, sempre argutos ao classificar seus brinquedos, agora é à vera.

Elio Gaspari é diretor-adjunto da Revista Veja.